



**Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Metrobus - Transporte Coletivo S/A**  
**Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019**

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro							
Em Reais Mil							
Ativo	Notas explicativas	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Notas explicativas	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	126	529	Fornecedores	10	8.606	8.525
Contas a receber	4	15.525	16.310	Salários e encargos sociais	11	4.311	6.693
Estoques	5	735	841	Impostos e contribuições a recolher	12	14.463	14.159
Adiantamentos	6	527	239	Contas a pagar	13	10.236	7.617
Impostos e contribuições a recuperar	7	16	30				
		<u>16.930</u>	<u>17.949</u>			<u>37.616</u>	<u>36.994</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	14	20.744	16.973
Depósitos judiciais	8	7.507	8.800	Impostos e contribuições a recolher	12	6.953	8.113
		<u>7.507</u>	<u>8.800</u>			<u>27.697</u>	<u>25.086</u>
Investimentos		51	51				
Imobilizado	9	41.419	50.152				
		<u>41.470</u>	<u>50.203</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u><b>65.907</b></u>	<u><b>76.952</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>65.907</b></u>	<u><b>76.952</b></u>

As notas explicativas da administração são partes integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro				Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em Reais Mil				Em Reais Mil			
	Notas explicativas	2020	2019		2020	2019	
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Transporte urbano	15-a	67.771	79.277	(Prejuízo) do exercício	(14.277)	(19.122)	
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>		<u><b>67.771</b></u>	<u><b>79.277</b></u>	Depreciação e amortização	11.387	13.799	
Custo dos serviços prestados	15-b	(64.409)	(78.000)	Resultado pela baixa do Imobilizado	-	12	
<b>Prejuízo/ Lucro bruto</b>		<u><b>3.362</b></u>	<u><b>1.277</b></u>	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	3.771	2.945	
<b>Receitas e despesas operacionais</b>				<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>			
Despesas administrativas, e tributárias	15-c	(17.562)	(18.810)	Contas a receber	785	131	
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		134	1.327	Estoques	106	87	
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<u><b>(14.065)</b></u>	<u><b>(16.206)</b></u>	Impostos a recuperar	14	358	
<b>Resultado financeiro</b>				Depósitos judiciais	1.293	(5.055)	
Despesas financeiras (Nota 15 - d)	15-d	(318)	(3.054)	Adiantamentos	(288)	47	
Receitas financeiras		106	137	<b>Aumento (diminuição) de passivo</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u><b>(14.277)</b></u>	<u><b>(19.123)</b></u>	Fornecedores	81	1.970	
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	Impostos e contribuições a recolher	(856)	3.341	
<b>(Prejuízo) líquido do exercício</b>		<u><b>(14.277)</b></u>	<u><b>(19.123)</b></u>	Salários e encargos sociais	(2.382)	1.386	
				Contas a pagar	2.619	328	
				<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<u><b>(538)</b></u>	<u><b>7.025</b></u>	
				<b>Atividades de investimentos</b>			
				Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.656)	(4.302)	
				<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<u><b>(2.656)</b></u>	<u><b>(4.302)</b></u>	
				<b>Atividades de financiamentos</b>			
				Aumento de capital	-	4.547	
				<b>Caixa Líquido das atividades de financiamentos</b>	<u><b>(403)</b></u>	<u><b>4.547</b></u>	
				<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(403)</b></u>	<u><b>472</b></u>	
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	529	57	
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	126	529	
					<u><b>(403)</b></u>	<u><b>472</b></u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Em Reais Mil						
	Capital social		Reserva de	Reserva de	Prejuízos	Total
	Subscrito	A integralizar	lucros	reavaliação	acumulados	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<u><b>224.493</b></u>	<u><b>(7.337)</b></u>	<u><b>86</b></u>	<u><b>7.061</b></u>	<u><b>(194.856)</b></u>	<u><b>29.447</b></u>
Integralização de capital	-	4.547	-	-	-	4.547
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(82)	82	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(19.123)	(19.123)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<u><b>224.493</b></u>	<u><b>(2.790)</b></u>	<u><b>86</b></u>	<u><b>6.979</b></u>	<u><b>(213.897)</b></u>	<u><b>14.871</b></u>
Reversão do capital a integralizar	(2.790)	2.790	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(83)	83	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(14.277)	(14.277)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>221.703</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>86</b></u>	<u><b>6.896</b></u>	<u><b>(228.091)</b></u>	<u><b>594</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**1 Informações gerais**

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTCC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia- Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passa-

geiros de Goiânia - Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Caneado. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base



nos últimos 06 meses, obedecendo as seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redmob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31% (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro) e 7% (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consórcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de "custeio do consórcio" foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consórcio no percentual de 15% (Sitpass 8% e consórcio 7%) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTc, vinculada a RedMob Consórcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PDJ) nº 006/2019 da RedeMob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14% (Sitpass 8% e consórcio 6%), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

**Impactos da pandemia – COVID 19**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus, o que resultou em uma queda da receita operacional da companhia na ordem de 38,69 %.

Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário "Governo do Estado de Goiás" através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00 (Dezoito milhões e setecentos mil reais). As subvenções econômicas autorizadas destinam-se para a cobertura dos déficits de manutenção das estações mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000,00 (Dezessete milhões e quatrocentos mil reais).

Com a pandemia que veio a afetar as atividades das empresas, com consequente diminuição de receitas, o transporte coletivo de passageiros não foi diferente. Para manter a empresa operando no sistema, o SET que representa as concessionárias de transporte coletivo da região Metropolitana de Goiânia abriu um processo junto ao Governo do Estado de Goiás, solicitando o Plano emergencial para cobrir o déficit das Companhias, e com a aprovação do Governo Estadual todas as empresas foram beneficiadas como referido plano emergencial, inclusive a Metrobus.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 15 de junho de 2021, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2020.

**Demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

**Pronunciamentos novos e revisados**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2020 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

**2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

**2.3 Ativos financeiros**

**2.3.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

**2.3.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

**2.4 Contas a receber**

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

**2.5 Estoques**

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

**2.6 Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

**2.7 Intangíveis**

**Programas de computador (softwares)**

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

**2.8 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

**2.9 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**2.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

**2.11 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

**Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

**2.12 Contrato de concessão**

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagara mensalmente a CMTc, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2 % (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019
Caixa e bancos	126	529
	<b>126</b>	<b>529</b>

**4 Contas a receber**

	2020	2019
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	1	1
Filial - C.M.T.C.(a)	2.507	2.507
Repasso Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia(b)	11.749	12.874
Outras contas a receber(c)	4.739	4.133
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.471)	(3.205)
	<b>15.525</b>	<b>16.310</b>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

(a) Relativamente ao crédito vinculado à Filial - CMTc, também registrado em contas a pagar no passivo, nota 13, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003. A responsabilidade pelo reembolso seria da CMTc, conforme deliberação do Poder Concedente, sendo essa a expectativa da Metrobus. Registre-se a existência de negociação tendente à celebração de eventual Termo de Encontro de Contas com a CMTc.



(b) Quanto ao crédito "Repasso Estado Semi-urbano", decorre de diferenças apuradas quando do repasse do subsídio aos usuários das linhas semiurbanas, cuja atribuição de intermediação era da Metrobus. Nesse caso a legislação que regulava o reembolso à Companhia estabeleceu limites de valores inferiores ao que fora realizado, razão pela qual há expectativa na alteração de tal norma para que sejam regularizados os repasses a menor. Atualmente existe tratativa formal com órgão do Poder Executivo Estadual no sentido de alcançar solução para recomposição do valor em aberto.

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

(c) O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidária em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos consultores jurídicos, efetuou registro contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	(3.205)	(2.711)
Novos registros	(266)	(494)
<b>Saldo final</b>	<b>(3.471)</b>	<b>(3.205)</b>

	2020	2019
5 Estoques		
Bens de Consumo – Operadora	719	821
Bens de Consumo Administração	16	20
	<b>735</b>	<b>841</b>

	2020	2019
6 Adiantamentos		
Férias e 13º Salário	200	238
Outros	327	1
	<b>527</b>	<b>239</b>

	2020	2019
7 Impostos e contribuições a recuperar		
Impostos de renda sobre aplicação financeira	-	14
INSS Desoneração da folha	12	12
Outros impostos e contribuições	4	4
	<b>16</b>	<b>30</b>

	2020	2019
8 Depósito judiciais		
Saldo no início do período	8.800	3.746
Adições	781	5.656
Baixas/realizações	(2.074)	(602)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>7.507</b>	<b>8.800</b>

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra Companhia.

#### 9 Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas. No exercício 2020, a depreciação acumulada de alguns veículos da frota de ônibus foram interrompida em razão dos mesmos tornarem-se obsoletos. A referida obsolescência não impactou no fornecimento dos serviços. A movimentação do imobilizado em 2020 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 31/12/2018	
		Adições	Baixas	Adições	Baixas
<b>Imobilizado</b>		<b>41.419</b>	<b>(10.771)</b>	<b>2.039</b>	<b>50.152</b>
<b>Imobilizado Operadora</b>		<b>34.523</b>	<b>(10.689)</b>	<b>2.039</b>	<b>43.173</b>
<b>Operadora</b>		<b>140.287</b>	<b>2.655</b>	<b>(62)</b>	<b>137.694</b>
Equipamentos/Instalações		730	13	(31)	747
Moveis e Utensílios		325	-	(9)	334
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		335	-	-	335
Frota de Ônibus		1.165	-	-	1.165
Software-Programas		147	-	(21)	168
Frota de Ônibus Novos		135.721	2.638	(0)	133.084
Beneficiárias		705	4	-	700
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(105.765)</b>	<b>(13.344)</b>	<b>2.101</b>	<b>(94.521)</b>
Equipamentos/Instalações		(679)	(14)	31	(696)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(281)	(15)	9	(275)
Edificações	4%	(253)	(24)	-	(229)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(330)	(0)	-	(330)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.165)	-	-	(1.165)
Software-Programas		(147)	-	21	(168)
Frota de Ônibus Novos		(102.673)	(13.263)	2.039	(91.449)
Beneficiárias em Propriedade de Terceiros		(237)	(28)	-	(209)
<b>Reavaliação Líquida</b>		<b>6.896</b>	<b>(83)</b>	<b>-</b>	<b>6.979</b>
Reavaliação		9.314	-	(68)	9.383
Equipamentos/Instalações		143	-	(33)	175
Moveis e Utensílios		36	-	(6)	42
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		99	-	-	99
Frota de Ônibus		805	-	-	805
Software-Programas		11	-	(29)	41
Depreciação Acumulada		(2.418)	(83)	68	(2.404)
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(143)	-	33	(175)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(36)	-	6	(42)
Edificações	2% a 4%	(1.325)	(83)	-	(1.242)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(99)	-	-	(99)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(805)	-	-	(805)
Software-Programas		(11)	-	29	(41)

	2020	2019
10. Fornecedores		
Fornecedores no país	8.606	8.525

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2020 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a

valor presente nas demonstrações financeiras.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

#### 11 Salários e encargos sociais

	2020	2019
INSS	1.880	2.180
FGTS	-	483
Salários a pagar	543	2.022
Provisão de férias	1.888	2.008
	<b>4.311</b>	<b>6.693</b>

#### 12 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
<b>Circulante</b>		
COFINS	3	3
PIS/PASEP	1	1
INSS Q N (a)	7.146	7.957
REFIS Municipal -ISSQN Parcelamento(a)	5.132	5.132
INSS Retenções	2	17
Outros Impostos e contribuições a recolher	2.179	1.049
	<b>14.463</b>	<b>14.159</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>

	2020	2019
<b>Não Circulante</b>		
Parcelamento PGFN LEI 11.941	2.519	2.471
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14	3.231	3.219
Parcelamento convencional INSS	1.203	2.423
	<b>6.953</b>	<b>8.113</b>

(a) A Companhia discute na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

(b) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN. Até a data de encerramento das demonstrações contábeis a PGFN alega não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive notificando a Companhia a negociar os débitos pendentes, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017 obtidos em parcelamentos de mesma natureza junto a Receita Federal do Brasil. A Administração da Companhia entende que na via judicial é alta a probabilidade de fazer valer o seu direito a consolidação dos débitos nos termos da Lei 13.946/2017. Os benefícios das reduções legais previstas na Lei, reconhecidos anteriormente, serão apropriadas no período da efetiva da consolidação do parcelamento.

#### 13 Contas a pagar

	2020	2019
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	1.903	316
CIA Metropolitana de Transportes	4.361	4.429
SANEAGO	233	233
Outras	1.232	132
	<b>10.236</b>	<b>7.617</b>

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escriturado no ativo circulante, tais despesas decorrem da implementação e execução do Subsistema Alimentador Local, nos termos das Deliberações CDTC Nº 032/2003 e 035/2003 (Poder Concedente), no período de 22/06/2003 a 31/08/2003, pela Metrobus Transporte Coletivo S/A.

#### 14 Provisão para contingências

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2020		2019	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais líquidos	Contingências de depósitos líquidos	Contingências de depósitos líquidos
Cíveis	17.112	-	17.112	14.896
Trabalhistas	3.631	1.124	2.507	2.077
	<b>20.744</b>	<b>1.124</b>	<b>19.619</b>	<b>16.973</b>

Em 31 de dezembro de 2020, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$ 6.716mil para ações cíveis e R\$ 652 para ações trabalhistas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2019			2020		
	Inicial	Transf. Adições	Final	Inicial	Transf. Adições	Final
Cíveis	12.813	-	2.083	14.896	-	2.216
Trabalhistas	1.215	-	862	2.077	-	1.555
	<b>14.028</b>	<b>-</b>	<b>2.945</b>	<b>16.973</b>	<b>-</b>	<b>3.771</b>

#### 15 Composição das contas de resultado

##### (a) Receita líquida de vendas de serviços

	2020	2019
Receita bruta de vendas de serviços	68.789	80.915
Impostos sobre as vendas	(1.018)	(1.638)
	<b>67.771</b>	<b>79.277</b>

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero.

Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

##### (a1) Receita bruta de vendas de serviços

	2020	2019
Eixo anhanguera	889	1.642
Sistema de vale transporte	40.560	67.554
Repasso semi - urbano	7.374	10.442
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020(a2)	17.400	-
Plano Emergencial - CMTC(a3)	1.431	-
Permissionários	1.135	1.277
	<b>68.789</b>	<b>80.915</b>



**a2) Receita de Subvenção**

Conforme nota explicativa 1, no exercício de 2020, a Companhia recebeu recursos do controlador majoritário, Estado de Goiás, subvenção econômica, na ordem de R\$ 17.400.000,00 (Dezesseis milhões e quatrocentos mil reais) para cobertura do déficit de manutenção. A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

**(a3) Plano Emergencial**

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Set, o qual Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, sendo que esse pedido foi para viabilizar todas as empresa do transporte coletivo de Goiânia e Grande Goiânia.

**(b) Custos dos serviços vendidos**

	2020	2019
Trafego(b1)	(49.268)	(61.154)
Manutenção	(11.922)	(11.338)
Setransp	(3.219)	(5.508)
	<b>(64.409)</b>	<b>(78.000)</b>

**(b1.)Trafego**

	2020	2019
Pessoal	(18.276)	(20.591)
Materiais	(14.748)	(17.165)
Depreciação	(11.387)	(13.799)
Serviços de Terceiros	(1.519)	(4.728)
Consórcio REDMOB	(3.338)	(4.871)
	<b>(49.268)</b>	<b>(61.154)</b>

**(c) Despesas administrativas e tributárias**

	2020	2019
Salários, encargos Sociais e outras	(7.732)	(8.647)
Contingências Cíveis e Trabalhistas	(7.192)	(4.181)
Materiais diversos	(492)	(807)
Serviços de terceiros	(1.492)	(1.725)
Parcelamentos PGFN 11941/09-12.996/14	-	(2.578)
Outras despesas	(654)	(872)
	<b>(17.562)</b>	<b>(18.810)</b>

**(d) Despesas financeiras**

	2020	2019
Multas e Juros (*)	(268)	(2.967)
Outras despesas financeiras	(50)	(87)
	<b>(318)</b>	<b>(3.054)</b>

Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federal.

**16 Patrimônio líquido**

**(a) Capital autorizado**

A companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. O prazo final para a integralização do capital pelos acionistas da Companhia findou em 25/01/2020, neste sentido a Companhia efetuou o registro de baixa do capital a integralizar no montante de R\$ 2.790 mil.

**(b) Capital subscrito e integralizado**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 mil.

**17 Seguro (Não auditado)**

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**18 Partes relacionadas – saldos e transações**

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, O governo do Estado de Goiás, bem como com empresas e entidades a ele relacionadas. Em 31 de dezembro de 2020 estas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

a) Valores a receber – Decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registradas na rubrica "Contas a Receber" no ativo circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.

b) Valores a pagar – no montante de R\$ 4.111 mil e R\$ 2.263 mil referente a imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA registrados na rubrica "Fornecedores" (DETRAN-GO) no passivo circulante e na rubrica "Provisão para Contingências" no passivo não circulante, Notas Explicativas nº 10 e 14 respectivamente.

c) Remuneração dos administradores diretores, conselho fiscal e conselho de administração.

**19 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

**Ativos financeiros**

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	126	529
Contas a receber	15.525	16.310
	<b>15.651</b>	<b>16.839</b>

**Passivos financeiros**

	2020	2019
Fornecedores	8.606	8.525
Contas a pagar	10.236	7.617
	<b>18.842</b>	<b>16.142</b>

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

**Gerenciamento de riscos:**

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

**20 Eventos subsequentes – Efeito da COVID-19 nas demonstrações contábeis**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus e diversas empresas reduziram suas operações. O impacto final na economia global ainda é incerto.

A administração da Companhia vem gerenciando o tema da COVID-19 e estabeleceu alguns processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação regular da situação visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações:

**Cuidado com os colaboradores**

A administração implementou: (i) medidas internas priorizando a saúde dos colaboradores de risco como os portadores de doenças crônicas e com idade superior a 60 anos, colocando colaboradores de férias, (ii) editou a Resolução nº 01/2020, que determinou a flexibilização da jornada de trabalho, estabelecendo o regime de revezamento no âmbito administrativo da Companhia, (iii) na área operacional, adotou sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores e usuários do transporte público de passageiros, de acordo com o Decreto nº 9.633 de 13/03/2020 do Governo do Estado de Goiás, (iv) adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circulação, e (v) intensificou as rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

**Impactos econômico-financeiros – prestação de serviço considerado essencial.**

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

**Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás**

Devido a Companhia apresentar prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro e visando a continuidade normal dos negócios e a preservação do seu ambiente operacional, partir de 2021, a condição de dependência financeira da Metrobus, materializada pelo recebimento do ente controlador de recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal e custeio em geral, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000, fez com que o Estado de Goiás incluisse a Metrobus em suas projeções de despesas no âmbito da LOA - Lei Orçamentária Anual 2021, nos termos da Lei nº 20.968/21 e Decreto nº 9.836/21, fazendo com que houvesse a efetiva integração da estatal no orçamento público estadual. Dessa forma, a Companhia torna-se dependente do Estado de Goiás com a sua inclusão no orçamento fiscal do Estado, com essa dependência a companhia passou a ter que fazer uma inovação em todo sistema Administrativo, Financeiro e Contábil.

A Administração declara que, aprovou e esta de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**FRANCISCO CALDAS**  
Diretor Presidente

**MIGUEL ELIAS HANNA**  
Diretor Financeiro

**ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL**  
Superintendente Financeiro/Contábil

**VALDIVINO CORREIA DA SILVA**  
Contador CRC/GO. Nº 9410

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia, 30 de junho de 2021

**PAULO VIEIRA LUIZ GUSTAVO SÓCRATES JUNCONCELLOSGIULIANO PASSOS CARDOSO**

Membro Membro Membro

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, analisou e aprovou as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Tomando como base o Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de receberem aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 30 de junho de 2021.

**DORCILO RABELO** Presidente do Conselho  
**ANTONRO MITO FILHO** Membro  
**JOSÉ RUBENS MAGNINO** Membro  
**RONAN ABREU REIS** Membro  
**LISANDRO COCO BECK** Membro

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da

**Metrobus Transporte Coletivo S.A.**

**Opinião das demonstrações contábeis com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, às demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva**

A administração da Metrobus Transporte Coletivo S.A., não elaborou estudo específico quanto à análise da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado ("impairment"), conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 e CPC 01. A ausência da aplicação da norma constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, consequentemente não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas sobre os saldos das contas do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos in-



dependentes em relação à Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva.

**Ênfase**

**Incerteza relacionada à continuidade operacional**

Conforme demonstrado na nota Explicativa nº 1, às demonstrações contábeis a Companhia vem acumulando prejuízos nos últimos anos e em 31 de dezembro de 2020 os prejuízos acumulados somam R\$ 228.091 mil, apresenta passivo circulante excedido ao ativo circulante em R\$ 20.686 mil (R\$ 19.045 mil em 2019). Esses eventos, e condições indicam a existência da necessidade de captação de recursos, para fazer frente à necessidade de capital de giro da operação e pagamento de compromissos financeiros. A manutenção da atividade operacional da Companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Efeitos do Coronavírus**

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e 20 às demonstrações contábeis que descreve sobre os efeitos do Coronavírus (COVID-19), incluindo o aumento do grau de incerteza e a de impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em função das restrições impostas pelo Governo do Estado de Goiás que tem por objetivo combater a disseminação do Coronavírus no Estado. Tais restrições tem causado impacto na atividade da economia do Estado e, conseqüentemente nas atividades operacionais da Companhia, sendo um dos setores o de transporte coletivo urbano de passageiros que vem sofrendo reflexos na geração de receitas e nos seus fluxos de caixa em decorrência da diminuição significativa de passageiros transportados.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 foram preparadas pela Administração da Companhia no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos ativos ou aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na hipótese de virem a ser descontinuadas as atividades da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Contas a receber principal acionista – partes relacionadas**

Conforme nota explicativa 4, a Companhia mantém créditos a receber no montante de R\$ 11.749 mil do seu principal acionista “Estado de Goiás”. Referidos créditos referem-se a diferenças apuradas quando do repasse do subsídio tarifário aos usuários das linhas semiurbanas, instituída pela Lei 15.047/2004, alterada pela Lei 15.516/2006. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros Assuntos**

Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTCC.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de junho de 2021.

**PRIME**  
Audidores Independentes S/S  
CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO

**José Francisco Firmino**  
Contador  
CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO

Protocolo 242439

**METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.**

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 037/21, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de protetores solares (quebra sol), conforme processo nº 202100159, foi declarado **Deserto**.

**Francisco Caldas**  
Diretor Presidente

Protocolo 242526

**METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.**

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 043/21, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de condicionamento de setor de direção, conforme processo nº 202100096, foi declarado **Deserto**.

**Francisco Caldas**  
Diretor Presidente

Protocolo 242529

**METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.**

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 044/21, que tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de 10 licenças power BI PRO, conforme processo nº 202100165, foi declarado **Deserto**.

**Francisco Caldas**  
Diretor Presidente

Protocolo 242532

**SANEAGO**

**SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO**

CNPJ nº 01.616.929/0001-02

NIRE 52.3.0000210-9

COMPANHIA ABERTA

REGISTRO CVM nº 1918-6

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Conselho de Administração da **Saneamento de Goiás S.A - Saneago** (“Companhia”), com fundamento no artigo 123 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, convoca os senhores acionistas a participar da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2021 (“**AGE**”), às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Fued José Sebba, nº 1.245, Setor Jardim Goiás, CEP 74805-100, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia;

Ficam cientes os Senhores Acionistas que os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGE estarão a disposição na Sede da Companhia, por meio de sistema eletrônico na página CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na rede mundial de computadores, na forma e prazos definidos pela Instrução CVM 480, e na página do Portal dos Investidores (<https://ri.saneago.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes/>).

**Informações Gerais.** A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer até 48 horas antes do início da Assembleia Geral Extraordinária, mediante apresentação de (i) documento de identidade (RG, CNH, Carteira de identidade profissional), (ii) comprovante da